

Diálogos entre a luta pela terra e a saúde mental dos trabalhadores rurais do Movimento Sem Terra (MST): revisão narrativa da literatura

Dialogues between the struggle for land and the mental health of rural workers in the Landless Workers' Movement (MST): a narrative literature review

Danieli Simoni Arpini Subtil¹, Gracielle Pampolim²

RESUMO

Introdução: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constitui a maior organização social no Brasil dedicada à luta pela reforma agrária e pela redistribuição de terras, enfrentando desafios significativos relacionados à (in)justiça social. As condições adversas enfrentadas provocam sérios impactos sobre a saúde mental, resultando em um contexto de sofrimento psíquico que demanda análise cuidadosa. **Objetivo:** Esta revisão narrativa de literatura tem como objetivo identificar e analisar o desenvolvimento de práticas de promoção da saúde mental junto aos trabalhadores rurais sem-terra, evidenciando como essas ações atendem às suas necessidades e fortalecem a luta por seus direitos. **Métodos:** A busca foi realizada nas bases de dados LILACS e MEDLINE, no período de 2004 a 2024. Após análise, foram encontrados três artigos que atenderam aos critérios de inclusão. **Resultados:** A partir da leitura integral dos artigos, foram criadas duas categorias de análise agrupadas por similaridade de conteúdo: (1) os impactos da (in)justiça social na saúde mental dos trabalhadores rurais do MST e (2) a educação popular em saúde como estratégia fértil de promoção da saúde mental. **Conclusão:** A luta contínua pela terra e a exposição permanente a situações de violência, aliadas à desqualificação do movimento e à estigmatização que marginaliza e desumaniza os trabalhadores rurais do MST, produzem um cenário social propício a formas intensas de sofrimento psíquico. Nesse contexto, estratégias de intervenção coletiva, como as ações de Educação Popular em Saúde, revelam-se fundamentais para o enfrentamento da injustiça social e a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental. População rural. Trabalhadores rurais. Educação em saúde. Psicologia.

ABSTRACT

Introduction: The Landless Workers' Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) is the largest social organization in Brazil advocating for agrarian reform and land redistribution. It faces significant challenges concerning social (in)justice. The adverse conditions experienced by its members severely impact their mental health, resulting in psychological distress that requires careful analysis. **Objective:** This narrative literature review aims to identify and analyze the development of mental health promotion practices among landless rural workers, highlighting how these actions meet their needs and strengthen their struggle for rights. **Methods:** The literature search was conducted in the LILACS and MEDLINE databases, covering the period from 2004 to 2024. After analysis, three articles met the inclusion criteria. **Results:** From the comprehensive reading of the articles, two analytical categories were developed based on thematic similarity: (1) the impacts of social (in)justice on the mental health of MST rural workers, and (2) popular health education as a fertile strategy for mental health promotion. **Conclusion:** The ongoing struggle for land and continuous exposure to violence, combined with the disqualification of the movement and the stigmatization that harshly marginalizes and dehumanizes MST rural workers, create a social context conducive to intense psychological suffering. In this scenario, collective intervention strategies—such as Popular Health Education—prove essential in addressing social injustice and promoting mental health.

Keywords: Mental health. Rural population. Rural workers. Health education. Psychology.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

² Universidade Federal do Pampa. Uruguaiana/RS, Brasil.

Correspondência
danielisimoni.as@gmail.com

Direitos autorais:
Copyright © 2025 Danieli Simoni Arpini Subtil, Gracielle Pampolim.

Licença:
Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido:
12/2/2025

Aprovado:
26/3/2025

ISSN:
2446-5410

INTRODUÇÃO

A desigualdade social constitui um problema global e mantém cenários de fragilidade das estruturas econômicas, políticas, sociais e sanitárias atreladas a fenômenos como violência, sentimento de injustiça e sofrimento humano¹. Desse modo, a promoção da saúde mental junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) possui grande importância no processo de garantia de bem-estar e da resistência desse grupo diante das adversidades que enfrentam.

A promoção da saúde consiste em um conjunto de estratégias, políticas, ações e intervenções com o propósito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e coletividades na medida em que atua sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação popular, promovendo escolhas saudáveis por parte dos indivíduos e coletividades no território onde estão inseridos². Nessa perspectiva, a educação popular em saúde apresenta-se como estratégia fecunda de promoção de saúde em contextos marcados historicamente pelo enfretamento à desigualdade social, uma vez que atribui legitimidade aos saberes das organizações populares produzidos a partir dos processos de luta e transformação da realidade social.

Congregando dessa compreensão, as estratégias de cuidado direcionadas à promoção de saúde mental em cenários sociais de opressão, criminalização e exclusão necessitam regar a constante análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento às violações de direitos, contribuindo com o redirecionamento da vida social numa trilha sustentada pelo desejo de justiça, igualdade e dignidade, para que todos tenham vida e vida em abundância. Não sem motivo, a Organização Mundial de Saúde define saúde mental como um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade na qual vive³.

As especificidades associadas aos fatores sociais enquanto condicionantes e determinantes de saúde são amplas e complexas. Se feita uma análise entre o âmbito rural e urbano, as particularidades se acen-

tuam. No campo, a desigualdade na distribuição de terras, a ausência de saneamento básico, o acesso aos serviços de saúde e a incursão de formas de adoecimento relacionadas à condição vivida revelam um cenário crítico e alertam para a necessidade de visualizar as peculiaridades desses sujeitos que ocupam esse lugar, esse espaço de luta por justiça social⁴.

O MST é um movimento social, de massas, autônomo, que busca a reforma agrária, luta pela distribuição de terras e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais⁵. Fundado em 1984, é o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, também o da América Latina. Destacam-se três fatores que contribuíram para o seu surgimento: o socioeconômico, caracterizado especialmente pelo processo de modernização da agricultura brasileira na década de 70 e migração das pessoas para a cidade; o ideológico, tendo as igrejas Católica e Luterana, por meio da Teologia da Libertação, um papel fundamental quanto ao reconhecimento da comum situação de opressão; e o democrático, representado pelo próprio processo de redemocratização pelo qual o país vinha passando, com importante participação dos movimentos sociais⁶.

Do seu advento aos dias de hoje, no auge de seus 40 anos, o MST cresceu e passou por muitas mudanças. Atualmente possui 185 cooperativas, 120 agroindústrias, 1900 associações, 400 mil famílias assentadas e 70 mil famílias acampadas⁵. De acordo com Domingues⁷, se inicialmente os líderes e militantes do movimento formavam-se junto à Igreja, atualmente já têm um setor dedicado à formação de seus participantes, formação esta constituída de maneira substancial por meio dos diálogos e trocas efetivadas entre sujeitos, instituições, saberes e práticas e que ganha corpo por meio da valorização do saber popular.

Nessa direção, uma das estratégias que busca viabilizar a consolidação do direito à saúde é o planejamento de territórios saudáveis que, a partir da promoção à saúde, incentiva a criticidade e a reflexão da comunidade, mediante um processo que envolve o exercício da autonomia por meio da autogestão. Apesar do desafio, promover saúde é favorecer o reconhecimento do poder que cada um tem,

criando a responsabilização pela individualidade do sujeito e pelo protagonismo diante da coletividade⁸.

Diante das desigualdades sociais que fragilizam as condições de vida e saúde de grupos como os trabalhadores rurais sem terra, este estudo se justifica pela necessidade de promover estratégias de saúde mental que entrelacem o direito à saúde e o fortalecimento da luta por justiça social. A promoção da saúde mental, baseada na educação popular, surge como uma abordagem que valoriza os saberes populares e reforça a autonomia coletiva, contribuindo para a resistência e o bem-estar dessa comunidade diante de adversidades. Assim, esta revisão narrativa de literatura objetiva identificar e analisar o desenvolvimento de práticas de promoção de saúde mental junto aos trabalhadores do campo sem terra, evidenciando como essas ações atendem às suas necessidades e fortalecem a luta pelos seus direitos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão narrativa de literatura, método apropriado para descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto. Segundo Ferreira⁹, esse tipo de pesquisa permite mapear e discutir uma certa produção acadêmica em distintos campos do conhecimento, intentando elucidar aspectos e dimensões que vem sendo evidenciados em diferentes épocas e lugares.

A busca foi realizada nas bases de dados eletrônicas LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), importantes fontes de publicações da área da saúde, elencando-se artigos em português, no período de 2004 a 2024.

Para a busca de artigos foram utilizados os descritores padronizados pelos Descritores em Ciências da Saúde, a saber: saúde mental, trabalhadores rurais, saúde da população rural e educação em saúde. Não foi identificado descritor referente ao movimento sem terra e/ou movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Para lapidar a busca, a estas combinações foram acrescidos os termos mo-

vimento sem terra e psicologia no campo de assunto principal. Dessa forma, foram identificados três artigos para análise.

Para a coleta de dados dos artigos que foram incluídos neste estudo foi desenvolvido um quadro sinóptico com a síntese dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão, além da leitura por completo de cada produto da amostra.

RESULTADOS

A partir da aplicabilidade da pesquisa, elaborou-se um quadro (Quadro 1) com os dados selecionados, organizados de acordo com título, autor/ano, objetivo, resultados e conclusões, sendo possível visualizar os artigos que correspondem ao tema de interesse e que compõem a amostra deste trabalho.

Além do quadro sinóptico, realizou-se a leitura dos três artigos em sua integralidade, correlacionando objetivos, resultados e conclusões, o que possibilitou a criação de categorias de análise, agrupadas por similaridade de conteúdos, sendo elas: os impactos da (in)justiça social na saúde mental dos trabalhadores rurais do MST e a educação popular em saúde como estratégia fértil de promoção de saúde mental aos assentados e acampados do MST.

DISCUSSÃO

Os impactos da (in)justiça social na saúde mental dos trabalhadores rurais do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil é uma das maiores organizações sociais que luta pela reforma agrária e pela redistribuição de terras no país. Com um trabalho que se estende ao longo de quatro décadas, o MST tem como um de seus objetivos principais a inclusão dos trabalhadores rurais na economia formal e a promoção de condições de vida mais dignas no campo. No entanto, os trabalhadores que fazem parte desse movimento enfrentam desafios significativos,

QUADRO 1. Apresentação da síntese de artigos incluídos na revisão de literatura

| TÍTULO DO ARTIGO | AUTOR E ANO | OBJETIVO | RESULTADOS E CONCLUSÕES |
|--|--|---|--|
| Vinte anos do MST: A psicologia nesta história | Eliane Domingues; 2007 | Mapear a produção científica geral sobre o MST e analisar a produção específica da psicologia sobre a temática | Identificados no banco de teses da Capes 300 resumos de dissertações e 69 de teses, entre 1987 e 2004. Apenas 11 na Psicologia. A autora destaca a necessidade de estudos sobre a infância, desterritorialização e sofrimento psíquico e saúde mental no campo. |
| Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais | Santos, J. C. B.; Hennington, A. E.; 2013 | Analizar os modos de vida e significados atribuídos por assentados do MST à saúde e suas relações com o trabalho e identificar as estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores para manter e/ou promover a saúde | Os sem-terra atribuem ao trabalho os sentidos de liberdade e satisfação, positividade esta associada à autogestão e autonomia, referidas como elementos fundamentais para a saúde. Embora considerado desgastante, o trabalho rural e os modos de vida no assentamento configuraram para essa comunidade possibilidades de produção de saúde e de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio. |
| Diálogos entre a saúde do campo e a saúde mental: a experiência da oficina de educação popular em saúde mental do MST na ESP MG | Rückert, B.; Machado, A. R.; Santos, C. C. A.; Brito, P. C. D.; 2014 | Enfatizar os diálogos e as trocas efetivadas entre sujeitos, instituições, saberes e práticas na produção de uma ação de educação popular em saúde | As reflexões apontam para as contribuições da educação popular em saúde no diálogo entre campos de saberes e práticas na construção de linhas de cuidado em saúde mental que envolvem os assentamentos e acampamentos do MST e o Sistema Único de Saúde. |

Fonte: Autoria própria.

especialmente no que diz respeito à (in)justiça social. As condições adversas enfrentadas, como a desigualdade no acesso à terra, à educação, à saúde e à justiça, têm sérios impactos na saúde mental, resultando em um quadro de sofrimento psíquico que precisa ser analisado de forma cuidadosa.

O presente estudo, a partir do método utilizado, permite constatar de forma inicial e eminentemente escassez de estudos na área da saúde que abordam os impactos de contextos de desigualdades sociais e seus efeitos na saúde mental das pessoas que vivem no campo, em especial dos trabalhadores do movimento sem terra¹⁰. Tal constatação nos leva a questionar sobre possíveis (des)motivações relacionadas a essa questão. “O que (des)mobiliza a pesquisa em saúde de determinadas populações?”, “Será que alguns modos de vida-saúde têm menos valor e/ou despertam menos interesse? Se sim, por quê?”; “Determinadas formas de sofrimento e violência são mais naturalizadas e invisibilizadas que outras, não despontando como objeto de estudo?”

Domingues⁷, ao mapear a produção científica geral sobre o MST e analisar a produção específica da psicologia sobre a temática, evidencia a carência de estudos na área, tendo identificado apenas 11 publicações das 369 localizadas no banco de teses da Capes, no período de 1987 a 2004. Apesar

do número ainda reduzido, a autora aponta que os estudos identificados denunciam as desigualdades e injustiças que afetam a população brasileira, dando destaque ao trabalho de Romão (2002), *apud*, Domingues⁷ que, mais especificamente, mostra que os sem-terra sempre foram associados à baderna, à desordem, ao crime, à ilegalidade e a loucura, contribuindo para o desvelamento do discurso dominante que criminaliza e/ou classifica de loucos aqueles que lutam pela terra. Nessa lógica, é como se a vida destes tivesse menos valor e houvesse *justificação* (grifo meu) para o estabelecimento de uma narrativa de desqualificação da luta, de apagamento da história e de exclusão – até mesmo eliminação – de pessoas do referido grupo. Observa-se a indignidade da vida - no sentido de tornar indigno um viver - como algo natural, configurando-se este um modo de violência veementemente brutal.

Tal análise nos remete aos estudos de Michel Foucault¹¹, em *A vida dos homens infames*, em que o termo “infames” é usado para se referir a aqueles que são marginalizados, excluídos ou considerados desonrados pela sociedade. Neste texto de 1977, o autor examina como certas categorias de pessoas, ou comportamentos, são rotuladas como “infames”, ou seja, pessoas ou ações que são vistas como indignas ou imorais dentro de uma determinada ordem

social. Sugere que o conceito de “infâmia” está intimamente ligado aos sistemas de poder e controle social que determinam quem é considerado digno e quem é considerado indigno, e como essa distinção é usada para marginalizar indivíduos ou grupos.

A expressão *justificação*, intencionalmente utilizada na análise em curso, advém das produções de Martín-Baró, psicólogo social e padre jesuíta convertido em mártir da luta popular de El Salvador numa chacina ordenada pelo exército local em 1989, que aponta que “Todo ato de violência é, invariavelmente, acompanhado de sua justificação. Geralmente, a justificação precede e desencadeia o comportamento de violência”¹². Desse modo, a violência emerge como a ação que se pratica a partir da retaguarda de uma justificativa conjecturada no imaginário social, que naturaliza a prática de determinada violência em específico contexto, como ocorre com os trabalhadores rurais do MST. As populações vulneráveis e marginalizadas aparecem como alvos fáceis e primazes da força repressiva que parte daqueles que desfrutam da máquina de poder, sob formulações prévias que justificam a violência e licença de um Estado que garante a impunidade de quem a prática¹³.

Compondo com esse contexto, a grande mídia brasileira da década de 1990 teve contribuição importante e recorrente com a ampla e massiva criminalização das ações do MST, produzindo narrativas que repercutem até os dias de hoje, com responsabilidade direta quanto ao processo de manutenção e intensificação da violência política sofrida pelo MST.

Ao MST eram direcionadas todas as ações discursivas que representavam suas atividades como geradoras/produtoras da violência e da insegurança no campo. Criava-se, assim, no imaginário social, a identificação de sujeitos perigosos e desumanizados. A estigmatização do MST contribuiu ainda para ofuscar a opressão do latifúndio e para eliminar a discussão sobre a reforma agrária como viabilidade econômica e social¹⁴.

De acordo com o Atlas da Violência no Campo no Brasil de 2020, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve o aumento de 54,5% na quantidade de conflitos no campo no decorrer dos anos de 2010 e 2019, notando, também, que um preocupante e expressivo

aumento de 23,1% ocorreu no curto intervalo entre os anos de 2018 e 2019¹⁵.

O levantamento realizado pela Central Pastoral da Terra – CPT¹⁶ destaca que os conflitos no campo aumentaram a partir de 2015 e que a partir de 2019, período marcado por forte desmonte das políticas públicas para os pobres do campo e dos órgãos de fiscalização, associado a um discurso contrário aos movimentos sociais, à preservação da natureza, às políticas distributivas e à reforma agrária, a situação se tornou ainda mais crítica. Os dados de conflitos no campo brasileiro no período 2014-2023 apontam para a manutenção de um modo de desenvolvimento que está absolutamente relacionado à violência e à expropriação sobre os territórios e corpos, tendo a violência no campo acumulado um crescimento de mais de 60% em intensidade nos últimos 10 anos¹⁶.

A injustiça social vivida pelos trabalhadores rurais do MST é refletida na precarização do trabalho, nas dificuldades de acesso a direitos básicos e na constante luta por uma vida mais justa, igualitária e segura, sendo exacerbada por conflitos agrários, em que os trabalhadores muitas vezes enfrentam violência física e simbólica por parte de latifundiários ou até mesmo de forças do Estado, como apontado. A constante pressão por condições de vida melhores e a luta pelo direito à terra criam um clima de tensão e incerteza, podendo trazer impactos profundos à saúde mental¹³.

A luta pela terra de maneira constante e incansável e a exposição permanente a situações de violência, somadas à desqualificação do movimento e à estigmatização que marginaliza e desumaniza duramente os trabalhadores rurais sem terra, produz-se um cenário social propício para um modo intenso de sofrimento psíquico. Tal contexto confluí para a acentuação de afetos de angústia paralisadora e crenças de desesperança, sufocando e mortificando aspectos constitutivos da subjetividade – desejos, motivações e projetos de vida. A situação é agravada com a ameaça concreta à vida uma vez que “o Brasil é um dos países que mais mata lideranças que lutam pela reforma agrária e pelo direito à terra, sejam para comunidades indígenas, quilombolas ou campesinas”¹³.

Ao entrar no campo da saúde mental deve-se levar em consideração os aspectos sociais e históricos, já que muito do que pode ser apreender como adoecimento decorre do contexto no qual o sujeito vive. Ao questionar a ideia limitada de concepção de ser humano de viés exclusivamente biomédico, reduzido a um organismo biológico e individual, Martín-Baró¹² propõe uma visão historicizada sobre o que vem a ser saúde mental, destacando as condições sociais como importantes indicadores das causas do sofrimento, consoante àquilo que a OMS e a OPAS nomeiam de Determinantes Sociais em Saúde (DSS), cruciais à promoção da equidade e bem-estar de todas as pessoas (OPAS/OMS, 2024)¹⁷.

Os Determinantes Sociais da Saúde, em termos gerais, correspondem às circunstâncias em que os indivíduos nascem, crescem, trabalham, residem e envelhecem. Essas condições variam significativamente entre diferentes grupos populacionais, resultando em desigualdades nos desfechos de saúde. Apesar de inúmeros esforços ao longo das décadas, a região das Américas continua a ser uma das mais desiguais globalmente. Essa realidade teve reflexos no enfrentamento da pandemia de Covid-19, já que a região permaneceu como epicentro da crise por um longo período¹⁷.

Experienciar situações socialmente críticas, especialmente as que ocorrem em contextos de violência extrema, é quase que necessariamente traumatizante para aqueles que a sofrem visto que, quando não resultam diretamente em morte, geram impactos físicos e/ou psicológicos substanciais¹³. Martín-Baró (2017) constata que “A experiência de vulnerabilidade e de perigo, de indefesa e terror, pode marcar profundamente o psiquismo das pessoas, especialmente as crianças.”¹³, evidenciando os impactos que o contexto de intensa violência e injustiça social potencialmente trazem à saúde mental, ainda que esta dimensão se enraize de maneira diferente em cada um.

Sawaia¹⁸ vai nomear de sofrimento ético-político esse modo de sofrimento produzido a partir da irrefutável relação entre os impactos psicossociais de breve a longo prazo e os contextos de desigualdade social e marcada violência, em que a dor vivencia-

da é perpassada pela humilhação, injustiça social, desvalor e desumanização, subescrivendo os aportamentos e as análises aqui trazidos e que dialoga intimamente com a experiência do MST.

Outro ponto que a pesquisa realizada infere, seguindo uma linha de atenção à violência perpetrada pelo Estado contra os trabalhadores rurais do MST, diz respeito à falta de acesso a serviços de saúde mental e a precariedade das condições de saúde no campo que tornam ainda mais difícil o tratamento dessa problemática. Santos e Hennington¹⁰ ressaltam que a desigualdade na condição de saúde entre população rural e urbana no país é caracterizada pela insuficiência da oferta de serviços públicos e de infraestrutura, incluindo serviços de saúde, saneamento, moradia, transporte, lazer e outros, bem como pela ausência de um modelo de atenção à saúde direcionado para a população do campo. O Sistema Único de Saúde (SUS), embora seja uma importante ferramenta de acesso à saúde no Brasil, enfrenta grandes dificuldades em atender as populações rurais, que muitas vezes têm de percorrer longas distâncias para chegar a centros urbanos onde os serviços estão mais disponíveis. Isso resulta em um ciclo de negligência no que diz respeito à saúde mental dos trabalhadores rurais do MST. Tais obstáculos são ainda maiores nos municípios de pequeno porte no que se refere à Saúde Mental, por conta dos desafios da implantação dos serviços substitutivos¹⁹.

Diante desse contexto desigual de cidadania, os trabalhadores rurais do MST buscam construir cotidianamente estratégias de melhoria das condições de vida, elaborando táticas internas de proteção e encontrando na coletividade a saída para àquilo que os afeta¹³. A vivência no MST, marcada pela resistência, pela busca por direitos e pela exigência de um esforço contínuo para lidar com as adversidades, oferece, para muitos trabalhadores, uma rede de apoio e solidariedade, funcionando como uma forma de resistência coletiva contra a opressão. No cuidado com o outro e rompendo com modo de vida individualista, a dimensão da coletividade ganha vigor e se funde a vários processos, inclusive ao processo de promoção de saúde em sentido ampliado.

Educação popular em saúde como estratégia fértil de promoção de saúde mental

A Educação Popular em Saúde emerge como uma ferramenta essencial na promoção da saúde dos trabalhadores rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, revelando-se como uma abordagem educacional de caráter potencialmente transformador, que mobilitiza e sustenta esses sujeitos desejosos a coletivamente reivindicarem seus direitos e lutarem por uma vida digna, incluindo acesso à saúde.

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde, instituída pela Portaria N.º 2.761, de 19 de novembro de 2013, constitui marco importante na afirmação do compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS, legitimando a proposta de uma prática político-pedagógica que atravessa as ações em saúde a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos⁴.

Ao mobilizar autonomias individuais e coletivas, a Educação Popular em Saúde abre a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos, contribuindo para a ampliação do significado dos direitos de cidadania e instituindo o crescimento e a mudança na vida cotidiana das pessoas²⁰. Os três artigos identificados nessa pesquisa vão trazer a perspectiva da coletividade como substancial aos processos de luta pela terra e de promoção de saúde mental.

Rücker *et al.*¹⁹, a partir do relato de experiência de Oficina de Educação Popular em Saúde Mental num Assentamento do MST, em Minas Gerais, apresentam que a problematização da realidade preparou um terreno fértil para se discutir a saúde mental partindo-se do conceito ampliado de saúde, bem como permitiu abranger a dimensão social inscrita no sofrimento psíquico. A experiência possibilitou “aprendizados significativos, como a importância do respeito, do diálogo, do cuidado e da afetividade, e a construção de novos valores em relação às pessoas com sofrimento mental grave ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas”¹⁹, coadunando com a ideia

de um cuidado que compreende o acolhimento ao outro a partir de um olhar e de uma escuta baseados no respeito ao sofrimento e a história de cada um.

As autoras dispuseram ainda que as reflexões geradas durante a Oficina frutificaram o entendimento sobre a importância da construção de valores não mais excludentes e moralistas, dos quais os trabalhadores rurais sem terra e as pessoas com intenso sofrimento mental ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas já foram alvos inúmeras vezes¹⁹. O enfrentamento e a desconstrução desses estereótipos se aproximam da humanização reivindicada tanto na luta do MST, quanto da Reforma Psiquiátrica, que prezam pelo direito de ser e de existir de forma suprema.

Orientado pelos princípios da Educação Popular em Saúde, o diálogo entre Saúde do Campo e Saúde Mental num Assentamento do MST mostrou-se plenamente produtivo, permitindo a elaboração de algumas linhas de cuidado, com destaque para:

[...] a valorização das práticas populares de cuidado, dos saberes locais, da autoestima e da identidade como potencial gerador de saúde; o fortalecimento do acesso à rede de serviços substitutivos em saúde mental; a reflexão coletiva sobre o sofrimento mental e o abuso de álcool e outras drogas e sobre as dimensões social e subjetivainscritas nesses fenômenos; o reconhecimento da escuta, do diálogo e do cuidado como gerador de autonomia, sem desconsiderar a responsabilização dos usuários; a adoção de diversas estratégias de promoção da saúde e reabilitação psicossocial, entre as quais se incluem a produção cultural, o trabalho e a inserção no movimento social¹⁹.

Tarelho e Silva⁷ destacam a importância da formação da consciência política e de uma identidade coletiva para a constituição do movimento social de luta pela terra. A autora evidencia, em sua pesquisa, a dimensão subjetiva inconsciente presente na luta pela terra e a adesão dos sujeitos ao MST. Com base nos pressupostos de Sigmund Freud (1921/1973), *apud*, Domingues⁷, de que o que sustenta os indivíduos unidos em um grupo é a existência de um duplo vínculo libidinal (um vínculo vertical, que remete à dimensão do ideal, e um vínculo horizontal, que alude à dimensão da identificação). Domingues⁷ identificou os ideais revolucionários sustentados

pelo MST e a terra como ideal, sendo este último um ideal comum que funciona como suporte para a identificação dos sujeitos, bem como o reconhecimento do sujeito da sua insuficiência e da necessidade do outro como origem para o estabelecimento de um afeto fraterno que permitisse a organização de ações coletivas. Conforme a autora:

Escapar da pretensão à autossuficiência e reconhecer a necessidade do outro é, portanto, fundamental para o estabelecimento do vínculo horizontal (identificação) e da cumplicidade entre os semelhantes, que permitiu, pela conjugação de forças, enfrentar um poder vivenciado como absoluto. No MST, a identificação horizontal e a experiência compartilhada possibilitaram e possibilitam a troca de saberes e experiências entre os semelhantes que, pela própria multiplicidade, permitiu relativizar o discurso da autoridade e a expressão das demandas insatisfeitas que esta não consegue calar⁷.

Problematizando a realidade vivenciada, a Educação Popular se apresenta como um dispositivo de crítica social e de análise das situações experienciadas, permitindo a produção de sentidos para a vida e forjando a vontade de agir rumo às mudanças julgadas como necessárias pelos sujeitos implicados. As ações pedagógicas podem fazer com que a palavra circule e crie narrativas outras, capazes de aumentar a visibilidade sobre a inserção histórica, social e política do grupo em questão, mobilizar afetos, elevar suas enunciações e reivindicações, apreender territórios de subjetivação e delinear caminhos inventivos, inclusivos e satisfatórios²⁰.

De acordo com Brandão¹³, a afetividade que permeia o processo de luta social germina caminhos para o cuidado coletivo, indicando saídas no espaço comunitário para questões que, a princípio, pensava-se individuais. É possível afirmar, dessa maneira, que, por meio dos afetos trocados numa perspectiva de Educação Popular, viabiliza-se a instauração de um olhar que enxerga os trabalhadores rurais do MST “enquanto sujeitos políticos, atravessados por uma realidade sócio-histórica e dotados de questões afetivas que perpassam as experiências, tocando, assim, seus processos de subjetivação¹³. A despeito dos saberes dito especializados, esse modo de produção de saúde promove uma saúde

mental alicerçada na transformação da realidade e na promoção de vida via reconhecimento do sujeito e fortalecimento de elementos como autonomia, pertença, dignidade e esperança.

Os modos de vida e significados atribuídos à saúde e suas relações com o trabalho por assentados do MST discutidos na pesquisa de Santos e Hennington¹⁰ corroboram com achados dos demais artigos. Por meio de uma investigação num Assentamento do MST no estado do Rio de Janeiro, os autores constataram que os trabalhadores rurais sem terra atribuem ao trabalho os sentidos de liberdade e satisfação, associando a autogestão da atividade e a autonomia do trabalhador de acordo com suas motivações, desejos e escolhas como elementos fundamentais no processo de produção de saúde, e que, embora considerado desgastante, o trabalho rural e os modos de vida no assentamento configuram possibilidades de produção de saúde e de resistência ao modelo hegemonic do agronegócio.

Diante da inércia do Estado quanto ao adequado investimento em políticas públicas de saúde mental – apontamento reiterado nos artigos verificados – os espaços de diálogo e trocas de saberes e práticas reafirmam-se como estratégias expressamente potentes, quando não uma luz no fim do túnel. Na fragilidade de outras estratégias de apoio político-institucional, a promoção de espaços de cuidado em consonância com a proposta de Educação Popular em Saúde surge como uma possibilidade na estruturação e sustentação do cuidado coletivo voltado aos trabalhadores rurais do MST associado ao fortalecimento do movimento de luta pelo direito à terra.

CONCLUSÃO

Os impactos da injustiça social na saúde mental dos trabalhadores rurais do MST são profundos e multifacetados. A luta pela terra e por melhores condições de vida constitui uma batalha política que, simultaneamente, se configura como uma luta pela preservação da saúde mental e do bem-estar de uma população que, apesar de enfrentar grandes adversidades, resiste em busca de um futuro mais justo e igualitário.

As dificuldades estruturais e as violências às quais estão expostos demandam a implementação de políticas públicas específicas e ações voltadas para o cuidado da saúde mental dessas populações. Nesse sentido, é essencial que a busca por justiça social conte também a promoção do bem-estar psíquico desses trabalhadores, reconhecendo a inter-relação entre saúde mental e condições sociais. Para que a resistência às desigualdades e injustiças sociais seja efetiva e sustentável, é crucial que as questões relacionadas à saúde mental dos trabalhadores rurais do MST sejam abordadas com seriedade e compromisso ético e político. Tais esforços devem fundamentar-se em políticas públicas que promovam não apenas a reforma agrária e uma justa distribuição de terras no âmbito do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, mas também o acesso integral ao cuidado em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Reitera-se a importância de enfatizar o caráter psicossocial do debate sobre a saúde mental, que deve considerar a singularidade de cada sujeito sem descontextualizar o sofrimento psíquico das condições socioeconômicas e culturais. Esse sofrimento, evidentemente, está enredado em um contexto de luta árdua por um lugar no mundo que, muitas vezes, não é legitimado. Nesse contexto, a Educação Popular em Saúde se apresenta como uma estratégia de intervenção coletiva que, em seu método e essência, confronta uma lógica restritiva e individualizante de compreender o ser humano, favorecendo abordagens mais inclusivas e transformadoras.

Ademais, destaca-se a escassez de pesquisas sobre a violência no espaço rural, especialmente no que diz respeito às especificidades de determinadas formas de violência. O desafio de construir políticas públicas de saúde que considerem e respeitem os desejos, as necessidades e os modos de vida de quem habita a terra persiste como uma tarefa fundamental para avançar no enfrentamento dessas desigualdades.

REFERÊNCIAS

1. Faria L, Patiño RA. Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche. *Cadernos IHU* (Unisinos). 2020;18:1-28.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.446/GM de 11 de Novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, DF; 2014.
3. World Health Organization. Mental health action plan 2013-2020 [Internet]. Geneva: WHO; 2012.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS). Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
5. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quem somos. 2024.
6. Fernandes BM, Stedile JP. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo; 2012.
7. Domingues E. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicol estud.* 2007;12(3):573-82.
8. Barros MBSC, Ó DMSOD. “Conhecer os desejos da terra”: intervenção de promoção à saúde em um assentamento rural. *APS.* 2019;21(3).
9. Ferreira NSDA. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educ Soc.* 2002;23(79):257-72.
10. Santos JCBD, Hennington ÉA. Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cad Saúde Pública.* 2013;29(8):1595-604.
11. Foucault M. A vida dos homens infames (1977). Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2003. p.203-222.
12. Martín-Baró I. A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador (1988). In: Lacer Júnior, F., org. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes; 2017. p.312-332.
13. Brandão ER. Repercussões de uma guerra silenciada: violência política e seus impactos psicossociais em lideranças do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca. Unidade Educacional Palmeira dos Índios; 2022.
14. Rossoni R. Olhares Comprometidos: fotografia e identidade no MST. Salvador: EDUFBA; 2021.
15. Cerqueira D, Mello J, et al. Atlas da Violência no Campo no Brasil: Condicionantes socioeconômicos e territoriais. Brasília: Ipea; 2020.
16. Conflitos no Campo Brasil 2023. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional; 2024.

17. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS). 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) Genebra; 2024.
18. Sawaia B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes; 2016.
19. Rückert B, Machado AR, Santos CCAE, Brito PCDD. Diálogos entre a Saúde do Campo e a Saúde Mental: a experiência da Oficina de Educação Popular em Saúde Mental do MST na ESP MG. Interface (Botucatu). 2014;18(suppl 2):1537–46. DOI: 10.1590/1807-57622013.0470.
20. Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores

Concepção: DSAP, GP. Investigação: DSAP. Metodologia: DSAP, GP. Coleta de dados: DSAP. Tratamento e análise de dados: DSAP, GP. Revisão: DSAP, GP. Revisão: GP. Aprovação da versão final: DSAP, GP. Supervisão: GP.

Agradecimentos

Ao curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, uma Parceria UFES/SEAD.

Financiamento

UNAC – 2023. Edital FAPES nº 1223/2022 P 2022-40x90.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Carolina Fiorin Anhoque, Blima Fux, Franciéle Marabotti Costa Leite.

Endereço para correspondência

Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil, CEP: 29075-910.